

Violência doméstica: denúncias no Ligue 180 subiram 14% nos quatro primeiros meses do ano

Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, foram 37,5 mil registros entre janeiro e abril deste ano, contra 32,9 mil no mesmo período do ano passado

[\(Celina/O Globo, 14/05/2020 - acesse no site de origem\)](#)

As denúncias feitas ao **Ligue 180**, canal do governo federal dedicado a atender [vítimas de violência doméstica](#), cresceram 14% nos quatro primeiros meses de 2020, em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (14) pela **Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos** (ONDH), do **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos** (MMFDH).

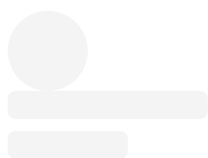
O número total de denúncias registradas no primeiro quadrimestre de 2020 foi de 37,5 mil, contra 32,9 mil no mesmo período de 2019, com destaque para mês de abril, que apresentou um aumento de 37,6% no comparativo entre os dois anos.

O possível aumento nos casos de violência doméstica durante o isolamento social imposto pela [pandemia do novo coronavírus](#) foi antecipado e [alertado por organizações](#) e entidades que atuam na defesa dos direitos das mulheres. Logo nas primeiras semanas de confinamento, no mês de março, as ligações para o Ligue 180 subiram 8,5%.

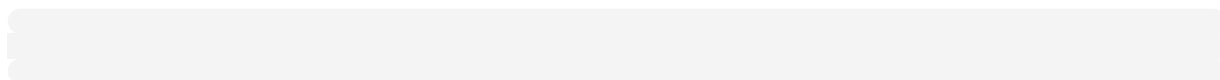
O ministério avalia que uma das principais causas do aumento das denúncias divulgado agora foram as mudanças implementadas nos canais administrados pela pasta, que foram ampliados em resposta ao [efeito da pandemia](#) sobre a violência doméstica. Agora as ocorrências podem ser registradas online pelo novo site da Ouvidoria e pelo aplicativo '**Direitos Humanos Brasil**', lançados nas últimas semanas. Ambas as ferramentas disponibilizam chat e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Em nota publicada no site do ministério, a titular da **Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres** (SNPM), **Cristiane Britto**, o combate à violência contra a mulher é a prioridade da pasta. “Nesse momento, estamos trabalhando com foco no fortalecimento da rede de atendimento e na conscientização de forma emergencial, considerando a pandemia. A expectativa é lançar, até o final do ano, o Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio”, disse.

Entre as iniciativas desenvolvidas pela secretaria está o “Vigilância Solidária”, que tem o objetivo de sensibilizar vizinhos para o combate à violência contra a mulher. A medida contou com o apoio de organizações como a Confederação Nacional dos Síndicos e a Associação Brasileira de Síndicos e Síndicos Profissionais.



[Ver essa foto no Instagram](#)



Uma publicação compartilhada por Celina (@projetocelina) em 16 de Abr, 2020 às 5:00 PDT

Os serviços do **Lique 180** e do **Disque 100**, que recebe outras denúncias de violação de direitos humanos, são gratuitos e funcionam 24 horas por dia. Segundo o ministério, os canais recebem mais de 11 mil ligações diárias.

De acordo com a pasta, os canais funcionam como “pronto-socorro” dos direitos humanos, pois atendem também graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes e possibilitando o flagrante.

Por Leda Antunes

Crescem denúncias de violência doméstica durante pandemia

Autoridades alertam para a interrupção de audiências judiciais durante o isolamento social e que prisões de agressores podem cair por falta desse instrumento

[\(Agência Câmara de Notícias, 12/05/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos informou que as denúncias cresceram em média 14% até abril deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. O ouvidor Fernando César Ferreira disse aos deputados da comissão externa que acompanha o combate à pandemia de Covid-19, que

uma parte dos casos se refere à violência contra a mulher. Somente no mês de abril, o aumento ficou em torno de 28%.

Para melhorar o acesso das pessoas aos serviços da Ouvidoria, que faz parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; foi lançado um aplicativo para denúncias no celular chamado de Direitos Humanos Brasil, e, em breve, o serviço 180 também poderá ser acionado pelo WhatsApp.

Thiago Pierobom, promotor de Justiça no Distrito Federal, disse que verificou um movimento inverso nos registros criminais, com queda de quase 28% no DF. Segundo ele, isso pode estar ligado à dificuldade de sair de casa em meio à pandemia. Por conta disso, no Distrito Federal, desde abril é possível fazer esse tipo de boletim de ocorrência pela internet ou telefone.

Mas, uma das dificuldades, segundo Thiago, é que a recomendação do Conselho Nacional de Justiça é o de evitar prisões preventivas no momento. Além disso, não vêm sendo feitas audiências judiciais e as prisões que ocorrem podem cair por falta deste instrumento. O promotor afirma que a Justiça se prepara para audiências pela internet, mas que isso traz outra dificuldade:

“Imagine vocês uma mulher que vai prestar depoimento num caso de violência doméstica, audiência judicial, e o agressor está do lado dela dentro de casa. É óbvio que essa mulher vai negar os fatos ou vai pedir para arquivar e não vai mais colaborar. Mesmo sem a possibilidade de arquivar o processo, a ausência do depoimento daquela mulher pode comprometer substancialmente o sucesso daquele processo”.

Auxílio emergencial

Thiago Pierobom disse que a violência contra a mulher deve ter aumentado agora em função do confinamento e da crise econômica. Ele também citou brigas entre pais separados em relação aos cuidados que devem ser tomados nas visitas aos filhos. Cristiane Britto, secretária nacional de Políticas para as Mulheres, disse que começaram a aparecer conflitos por causa do pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600. Como exemplificou a Major Denice Santiago, ex-comandante da Ronda Maria da Penha na Bahia:

“Não era raro, na fila da Caixa, vermos uma mulher sendo acompanhada por um homem. Podia ser seu companheiro, mas podia ser seu irmão, pai, enfim... seja qual for a categoria do agressor. Aquela pessoa com certeza estava ali para possibilitar uma violência patrimonial contra aquela mulher quando ela estivesse com os valores na mão”

A primeira secretária da Câmara, deputada [Soraya Santos \(PL-RJ\)](#), disse que é possível tomar alguma medida legislativa para evitar que os homens se apropriem do auxílio que, no caso das mulheres que cuidam dos seus filhos sozinhas, é pago em dobro. A deputada [Alice Portugal \(PCdoB-BA\)](#) citou um projeto de sua autoria (PL 2013/20) que prevê a saída imediata do agressor da residência em caso de violência doméstica.

Ouçã esta matéria na Rádio Câmara:

<https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2020/05/2200512-SM-cex-violência.mp3>

Por Sílvia Mugnatto | Edição - Geórgia Moraes

Foco na abstinência sexual para combater gravidez precoce ignora que meninas são as mais estupradas

Damares Alves mescla dados com exageros e exemplos fora do contexto para defender campanha de abstinência sexual entre jovens, mas entra em choque com discurso técnico de Ministério da Saúde

[\(El País, 31/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

De um lado, [uma ministra com ideias radicais, cada vez mais popular](#) e com pouco dinheiro. Do outro, um ministro com muitos recursos e um trabalho discreto, passando batido pela enxurrada de polêmicas diárias do Governo [Jair Bolsonaro](#). A campanha pela abstinência sexual que [Damares Alves](#) pretende lançar durante a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, prevista para acontecer na primeira semana de fevereiro em parceria com o Ministério da Saúde, comandado pelo médico ortopedista [Luiz Henrique Mandetta](#), vem colocando os dois ministros em lados opostos. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos dita —ou tenta ditar— as diretrizes da ação, mas o custo de 3 milhões de reais será bancado pelo Ministério da Saúde. Em nota técnica [obtida pelo jornal O Globo](#) no último fim de semana, a pasta comandada pela pastora evangélica afirma que o início precoce da vida sexual leva a “comportamentos antissociais ou delinquentes” e “afastamento dos pais, escola e fé”, entre outros resultados.

Já a pasta de Mandetta afirmou, em outra nota técnica, que a campanha deve reforçar a autonomia e o protagonismo do jovem sobre sua iniciação sexual, colocando à disposição os métodos contraceptivos. [Ao jornal Folha de S. Paulo](#) o ministro afirmou que a mensagem do “comportamento responsável é válida”, mas que “o problema é complexo” e “não se pode minimizar a discussão e dar ênfase só para isso”. Ele também disse que questões religiosas não devem pautar a discussão e que tem “apostado muito muito em informar as consequências, porque acredito que esse seja um ponto essencial para a conscientização”.

Fora desse embate estão os números alarmantes de estupros cometidos em meninas menores 14 anos, uma das principais causas da gravidez precoce, segundo diversos especialistas e estudos. Os dados mais recentes constam no [último relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#). A entidade mostra que nos de 2017 e 2018 foram registrados um total de 127.585 estupros, dos quais 63,8% ocorreram em menores de 14 anos —o que se configura como estupro de vulnerável. Além disso, 81,8% dos casos aconteceram em mulheres, 75,9% foram cometidos por alguém conhecido e em de 95% deles os autores pertencem ao sexo masculino. “É de se destacar que os crimes sexuais estão entre aqueles com as menores taxas de notificação à polícia, o que indica que os números aqui analisados são apenas

a face mais visível de um enorme problema que vitima milhares de pessoas anualmente”, afirma o texto.

A ministra Damares também vem apontando para o aumento dos casos de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis. Em julho do ano passado, a ONU apontou que [o contágio do vírus da AIDS no Brasil cresceu 21% em oito anos](#), apesar das campanhas e tratamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Essa tendência já vinha sendo observada por entidades e especialistas, que apontam para o nível de desconhecimento das novas gerações, que não vivenciaram o pânico gerado pelos primeiros contágios a partir da década de 1980. Seja como for, o Governo Bolsonaro foi criticado por ter transformado o órgão responsável pelo combate à doença em uma coordenadoria dentro do Ministério da Saúde —antes, era um departamento específico. Na prática, isso significou que a política de enfrentamento ao vírus, tida como referência no combate ao HIV em todo o mundo, perdeu relevância.

Um discurso que soa razoável e se contradiz com a realidade

Além da campanha de prevenção da gravidez, o MMFDH [pretende lançar uma política pública mais ampla](#) chamada de Plano Nacional de Prevenção ao Risco Sexual Precoce, em que também abordará o “adiamento da iniciação sexual” como método contraceptivo. Especialistas no tema [afirmam que a estratégia é ineficaz](#). Pouco importa: a abstinência sexual é uma agenda defendida por amplos setores da Igreja Evangélica e de grupos ultraconservadores que fazem lobby junto [Governo Jair Bolsonaro](#) —e que vêm conseguindo implementar suas ideias nos Estados Unidos de Donald Trump. Mas as ideias radicais que norteiam a nota técnica do ministério ganham, na voz de Damares, contornos razoáveis e que podem facilmente atingir mães e pais com preocupações na hora de criar filhos pré-adolescentes.

“Que dano eu vou trazer para uma criança ao dizer para ela: ‘espera mais um ano’, ‘espera um pouquinho’?. Não vamos eliminar os outros métodos preventivos. Vamos continuar falando da camisinha; vamos continuar falando

da pílula; vamos continuar falando dos outros métodos”, afirmou a ministra em [entrevista publicada pelo jornal Correio Braziliense](#) no último domingo. “A gente quer mais que uma campanha; a gente quer começar a conversar sobre isso; a gente quer que isso seja uma coisa permanente, de modo que toda vez que uma professora falar de preservativo, ela também fale: ‘Olha, vamos pensar duas vezes antes de transar?’. É só uma frase! É só sentar com esse menino e conversar”, acrescentou a pastora evangélica.

Sua fala contradiz a nota técnica do MMFDH, que defende que ensinar métodos contraceptivos para jovens “normaliza o sexo adolescente”, já que nem todos tiveram iniciação sexual. Contrariando mais uma vez Damares, a nota técnica da Saúde afirmou que educação sexual não estimula relações sexuais. Serve, pelo contrário, para que o jovem conheça o próprio corpo e oferece insumos para que sua escolha seja acordo com suas expectativas.

A ministra também abordou na entrevista alguns problemas reais e apelou para o senso comum: “A gravidez precoce está crescendo de uma forma absurda. E mais do que a gravidez precoce, as doenças sexualmente transmissíveis. Sabiam que estamos em epidemia de sífilis? O Unicef apresenta o relatório da idade média de iniciação do sexo no Brasil: menina está com 13,9 anos, e menino, 12,4 anos. Imaginem comigo: o Código Penal Brasileiro fala que é estupro transar com uma criança com menos de 14 anos”.

Dados sobre gravidez precoce

Os números e estudos mostram uma realidade mais complexa que a divulgada por Damares. Um [relatório de 2018 da Organização Mundial da Saúde \(OMS\) e da Unicef](#) afirma que entre 1995 e 2000 a gravidez entre adolescentes de 15 a 19 anos atingiu seu ápice, de 83,6 nascimentos para cada 1.000 mulheres. Entre 2010 e 2015 essa proporção caiu para 68,4 grávidas. Por outro lado, [reportagem da Folha de S. Paulo](#) mostrou que na capital paulista os índices vêm aumentando na periferia. Seja como for, os números são altíssimos se comparados com a média mundial de 46 nascimentos para cada 1.000 adolescentes, enquanto que na América Latina e no Caribe a média é de 66,5 gestações.

De acordo com [um estudo do Ministério da Saúde](#), 3,2 milhões de adolescentes foram mães no Brasil entre 2011 e 2016. Desse total, 95% estavam na faixa etária de 15 a 19 anos. As gestações em meninas de 10 a 14 somaram 162.853 (ou cerca de 25.000 por ano), um número significativamente menor, mas ainda em um patamar bastante elevado.

Essa realidade entre as adolescentes mais novas pode ser explicada, entre várias questões, pelo fato de que as [meninas foram também as principais vítimas de estupro](#) entre adolescentes —a mesma tendência observada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foram notificados um total de 49.489 casos de estupro contra jovens do sexo feminino, dos quais 66,3% (32.809) tinham de 10 a 14 anos, enquanto que 33,7% (16.680) tinham de 15 a 19 anos.

A partir daqui as complexidades e dificuldades de análise ficam ainda mais evidentes. As notificações de gestações decorrentes de estupro são baixas se comparados com o total de violações e de nascimentos registrados por adolescentes: segundo o estudo, 10.814 mães jovens que tiveram filho também afirmaram ter sido abusadas, sendo que 3.276 estavam na faixa de 10 a 14 anos e 7.538 tinham 15 a 19 anos. Porém, o relatório destaca que “a análise dos casos das mães adolescentes no período de 2011 a 2016 mostrou que a notificação de estupro podia ocorrer antes ou depois do registro do nascido vivo”.

Além disso, o estudo destaca que os abusos ocorridos repetidas vezes aconteceram em 45,6% dos casos de meninas de 10 a 14 anos e 25,7% das jovens de 15 a 19 anos. Entre as que ficaram grávidas em decorrência de estupro, em 72,8% (10 a 14 anos) e 44,1% (15 a 19 anos) dos casos a violação teve caráter repetitivo. Portanto, continua o estudo, “a gravidez na adolescência e as notificações de estupro podem estar associadas, evidenciada pela alta prevalência de violência de repetição, de ocorrência de estupro e outras vulnerabilidades”.

[Em relatório de 2017](#), a Unicef aponta “entre 40% e 60% dos casos de gravidez na adolescência resultantes de violência sexual”, de acordo com outros estudos. “Mas, apesar de os indicadores quantitativos e qualitativos comprovarem a gravidade do problema, a literatura brasileira carece de mais

dados aprofundados sobre essa situação. Mesmo assim, ainda que os dados demográficos não sejam claros, algumas poucas pesquisas qualitativas confirmam a gestação fruto de abuso”, afirma o texto.

A ministra Damares Alves não nega esta realidade e diz que defende a educação sexual em escolas, desde que falada “de forma certa”. Coincidindo com movimentos feministas, afirmou ao *Correio* que “quem for falar para a criança de 3 anos sobre educação sexual deve fazê-lo inclusive para empoderar essa criança a se proteger”. Ela inclusive aproveitou para lembrar seu histórico pessoal de violação: “Vocês conhecem a história do meu abuso, daquele momento terrível da minha vida. Se eu soubesse o que era aquilo, eu teria gritado. Eu tinha 6 anos”. Mas mais uma vez o discurso não condiz com as diretrizes do Governo: [conforme publicou o jornalista Jamil Chade](#) no último dia 28 no EL PAÍS, o Governo Bolsonaro tem vetado a menção à educação sexual em documentos da ONU e da OMS e vem sendo aplaudido por ultraconservadores e até por saudistas.

Outras causas para a gestação entre adolescentes

Damares apela mais uma vez ao senso comum ao argumentar que o Brasil não combateu a “erotização” que vem resultando na iniciação sexual precoce de meninas. “Vocês acham que uma menina de 12 anos, anatomicamente, tem o canal da vagina pronto para ser possuída por oito adultos? Aí você me pergunta: ‘De onde a senhora tira os oito adultos?’. Delas. Pergunte às meninas com quantos parceiros elas já se relacionaram. Gente, nós estamos diante de uma tragédia. As meninas estão ficando por uma certa pressão social”, [afirmou na entrevista ao Correio](#).

Mais uma vez a realidade se revela mais complexa. O estudo do Ministério da Saúde também mostra que mais de 70% das mães adolescentes são negras e a maioria mora no Nordeste e no Sudeste. Também são elas as mais expostas à violência sexual. Mas o estupro não pode ser considerado a única causa do alto índice de gravidez na adolescência, conforme o próprio estudo admite: “Uma revisão sistemática da literatura mostrou forte associação entre história de violência sexual e gravidez na adolescência. Outros fatores, como

início precoce da vida sexual, não morar com os pais, pobreza e negligência, também apresentaram forte associação com a ocorrência da gravidez na adolescência”, afirma o texto.

O [relatório da Unicef](#) também aponta quatro “macrofatores” causais para o alto índice de gravidez precoce: além da violência sexual, aponta para o “descompasso entre o desejo sexual e o risco de gravidez, que pode resultar na gravidez não planejada (*escapulida*)”; a “vontade da maternidade, que resulta na gravidez desejada”; e a “necessidade de mudança de status social, que resulta na gravidez estratégica”.

Nesse contexto cabe também destacar o elevado número de uniões estáveis e casamentos entre adolescentes, uma realidade para 23,2% das meninas com de 10 a 14 anos, e 36,8% entre aquelas de 15 a 19 anos, lembra o Ministério da Saúde. “As dificuldades para resolver os vínculos de dependência do grupo familiar podem levar os jovens a buscar uma pseudoindependência, substituindo os laços com os pais pela dependência afetiva do casal. A adolescente que vive em um meio social desprovido de recursos materiais, financeiros e emocionais satisfatórios pode ver na gravidez uma expectativa de futuro melhor, embora ela possa se tornar mais vulnerável nessa situação”, explica. A Unicef coloca o Brasil como o país com mais casamentos precoces da América Latina e o quarto de todo o mundo.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública segue na linha da entidade da ONU e lembra que as adolescentes muitas vezes “associam o casamento à possibilidade de mudança de status social, de alguma forma de emancipação e de serem mais valorizadas”. Já [um estudo qualitativo feito pela ONG Plan International](#) coloca que a gravidez na adolescência é a principal razão para que garotas brasileiras casem antes dos 18 anos.

Por Felipe Betim

MMFDH realiza Seminário sobre Violência Política contra Mulheres na abertura da RMAAM - DF, 20/11/2019

No período de 20 a 22 de novembro, acontece a XIV Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), em Brasília/DF. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) realiza, na abertura do evento, o Seminário sobre Violência Política contra as Mulheres, que irá reunir especialistas e autoridades para debater o tema. “Considerando a importância da RMAAM, mobilizamos a equipe para organizar um encontro que tivesse como foco a efetividade e o diálogo sobre questões ainda pouco exploradas na pauta de mulheres”, afirma a ministra Damares Alves.

[\(MMFDH, 19/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Os dias seguintes serão dedicados aos grupos técnicos que discutirão assuntos como a inserção dos direitos das mulheres no comércio exterior, o enfrentamento à violência, a autonomia econômica, a gestação e a maternidade. A grande novidade desta edição da RMAAM é o aprimoramento da gestão, com a proposta de elaboração de um programa de trabalho bienal. A ferramenta de gestão será utilizada para definir temas prioritários, prazos para análises e aprovação das recomendações, que serão encaminhadas para as reuniões dos presidentes.

Participação política

A participação das mulheres na política entra como destaque na abertura do evento e considera a missão, estabelecida pelo Governo Federal, de trabalhar para garantir a eleição de no mínimo uma mulher em cada Câmara Municipal nas eleições de 2020.

“Estamos trabalhando para entender melhor as causas da sub-representação

das mulheres na política e o seminário no âmbito da RMAAM será uma oportunidade de ampliar o diálogo com outras nações, bem como com o Parlamento. O objetivo é construir políticas públicas fortes, que possam alterar o cenário”, ressalta Cristiane Britto, secretária nacional de Políticas para as Mulheres.

Saiba mais

A RMAAM é a instância de diálogo entre as máximas autoridades da mulher dentro do Mercosul e tem entre suas principais funções assessorar e propor ao Conselho do Mercado Comum (CMC) medidas, políticas e ações voltadas para as mulheres. Os estados membros do Mercosul são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Serviço

XIV Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul -
Seminário Violência Política contra as Mulheres

Data: 20 de novembro

Horário: 14h

Local: ENAP - SPO Área Especial 2-A (Auditório)- Brasília/DF

Exploração sexual afeta 500 mil crianças e adolescentes ao ano no Brasil

‘Eu tinha nojo, queria que terminassem logo’, conta vítima que foi explorada quando tinha apenas 10 anos

[\(O Globo, 08/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

RIO - A história de A., de 13 anos, é um retrato da exploração sexual de

crianças e adolescentes no Brasil. Com 10 anos, ela vivia num lar violento em um bairro pobre de uma cidade no interior da Bahia. Não frequentava mais a escola, já usava drogas. Virou presa fácil para homens muito mais velhos que ofereciam dinheiro por sexo.

— Os coroas chegavam e perguntavam assim: “Você quer fazer um bolo para ganhar R\$ 100?” Aí a gente ia para a casa dele. Eu tinha nojo, queria que terminassem logo para ganhar meu dinheiro, ir embora e comprar droga.

Não tinha ajuda de ninguém, nem do próprio pai, que abusou sexualmente dela quando a menina tinha 11.

— Mesmo que eu não fosse mais virgem, ele não podia fazer isso comigo porque ele era meu pai.

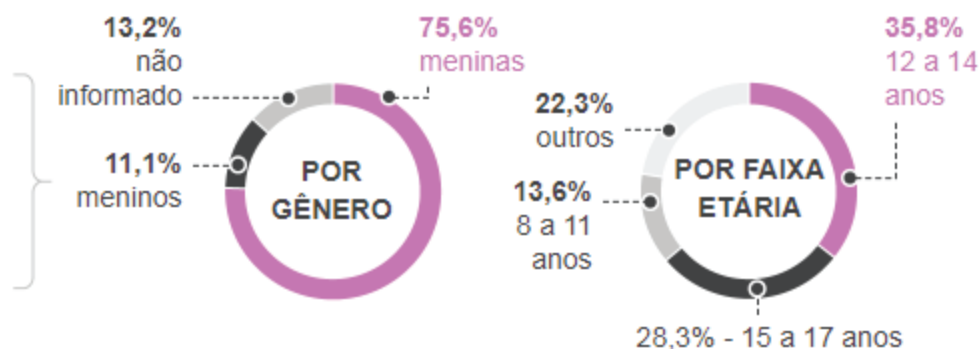
Com um filho nos braços aos 13, encontrou auxílio numa ONG e hoje vive num abrigo.

Um panorama organizado pelo Instituto Liberta a partir de estudos de organizações da sociedade civil e dados governamentais mostra que o Brasil é o segundo país com maior número de crianças e adolescentes exploradas sexualmente, depois da Tailândia. Calcula-se que haja 500 mil vítimas por ano no país.

Crime invisível

20 mil

casos denunciados entre 2014 e 2019



Denúncias por estados

Por mil habitantes



Em números absolutos

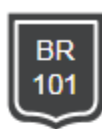


Faixa etária dos agressores



No turismo

Hotéis e Motéis cobram R\$ 500 por duas horas com meninas e R\$ 4000 se ela for virgem. O perfil da vítima é uma menina negra, pobre, com baixa escolaridade e vinda de áreas rurais.



Nas estradas

A cada 26,7 km há um ponto de exploração sexual infantil (Polícia Rodoviária Federal). Há casos de menores oferecendo os corpos por até R\$ 2



Em canteiros de obras

57% dos trabalhadores em canteiros de obras em 5 estados sabem que crianças e adolescentes são exploradas sexualmente nas proximidades. 25% deles admitiram ter tido relações sexuais com menores

Fonte: Disque 100, Ministério do Turismo, Childhood, Child Protection Center e relatório Down to Zero Baseline

Não há dados oficiais que dimensionem o problema; os mais usados vêm do

Disque 100, serviço do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) que acolhe denúncias, mas especialistas dizem que só 7,5% dos casos são denunciados. As razões são várias: havia longa espera para denunciar, a pessoa tem dúvida sobre a idade da vítima e, o mais grave, a sociedade ainda é muito tolerante com esse crime.

— Como é uma situação comercial, imaginam uma aquiescência das meninas. “Ela tá ali porque quer e até está sendo paga” — diz a gerente da ONG Plan International Viviana Santiago. — As pessoas querem proteger a infância, mas a adolescência já não é vista como uma etapa de desenvolvimento, são miniadultos. A sociedade não reconhece o problema. A especialista reforça que é preciso entender que “elas não são profissionais do sexo, porque uma adolescente e uma criança não têm capacidade de tomar essa decisão”. O efeito dessa exploração impacta no seu futuro.

— Elas passam a ser tratadas como cidadãs de segunda categoria e ficam de fora das políticas sociais e estruturas familiares. Perdem o direito de viver essa fase da vida. São colocadas à margem da compaixão e de todo sentimento de um ser humano por outro.

Segundo Santiago, essas garotas — ao menos 75% das vítimas são meninas e, em sua maioria, negras— sofrem espancamentos, são estupradas, enroladas em dívidas, iniciadas no consumo de álcool e drogas, e pegam doenças, pois não conseguem negociar o uso de preservativos.

Especialistas destacam a diferença entre exploração e abuso: ambos são violências sexuais, mas na exploração há uma troca mercantil.

— Quando se fala de abuso, existe um imaginário que causa indignação, mas quando essa mesma menina de 12 anos está de shortinho na esquina, vira “só” uma prostituta — diz a presidente do Instituto Liberta, Luciana Temer.

Prevenção e Punição

A legislação brasileira classifica relação sexual com menor de 14 anos como estupro de vulnerável, com pena de 8 a 15 anos de reclusão. Se a vítima tiver entre 14 e 18 anos e o sexo envolver troca mercantil, o crime é de exploração sexual, com pena de 4 a 10 anos de prisão para quem teve a relação;

intermediários dessa prática, como um agenciador ou o dono de um local que o favoreça, também são punidos.

As especialistas dizem que as políticas de combate a esse crime no país continuam muito desarticuladas.

— A resposta pressupõe uma política pública fortalecida num país que vive um congelamento de gastos. Existe um posicionamento do governo de desmantelamento da sociedade civil e hoje uma parte significativa do trabalho é feita por ela — diz Viviana Santiago.

A Childhood Brasil, por exemplo, atua na região Norte, entre outras, conscientizando capitães e pilotos de barco.

— Tem mãe que quer jogar uma criancinha dentro do barco para os homens fazerem sexo e darem dinheiro. Tem cidades no Pará em que levam as meninas arrumadinhas para a praça para mostrar para trabalhadores temporários de obras — afirma Eva Dengler, gerente da Childhood. — Esses homens têm família, então trazemos para eles essa discussão: ‘Vamos olhar para elas como olhamos para nossos filhos’.

Temer diz que é um equívoco achar que a exploração só acontece no Norte e no Nordeste. O que muda é a forma como ocorre. Relações com traficantes em troca de bens ou aplicativos tipo “sugar daddy” são exemplos.

— É preciso fazer um trabalho de reconhecimento das violências com as próprias garotas.

O MMFDH informa que adota políticas para proteção dessas crianças, como reformulação do Disque 100 e equipagem e capacitação dos Conselhos Tutelares.

Por Constança Tatsch

Inscrições abertas para o “Seminário Mulheres Negras Empreendedoras” - Brasília/DF, 25/07/2019

Estão abertas, a partir desta quarta-feira (10), as inscrições para o “Seminário Mulheres Negras Empreendedoras”. Uma iniciativa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR) e Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), o evento será realizado em Brasília, no Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha - celebrado em 25 de julho.

[\(MMFDH, 10/07/2019 - acesse no site origem\)](#)

Para participar, basta preencher formulário com nome completo, documento de identificação e e-mail. As palestras vão abordar temas como o empreendedorismo entre mulheres negras, passando por experiências de vida, dicas para empreendedoras e falas a respeito de linhas de crédito.

[Acesse o formulário de inscrição](#)

Seminário

Estarão presentes as titulares da SNPIR, Sandra Terena, e da SNPM, Cristiane Britto. O evento também terá a presença da palestrante Talitha Oliveira, que é produtora da TV Justiça, professora de moda do SENAC e consultora de imagem. Representantes do SEBRAE e da Caixa Econômica Federal completam a lista de participantes.

A secretária da SNPIR ressalta a importância da ação. “Estamos vivendo um

momento no Brasil em que a valorização da mulher se faz imprescindível. Faz-se necessário reconhecer a força e a capacidade que nós, mulheres, temos”, afirmou Sandra Terena.

“A população negra enfrenta muitos desafios em nossa sociedade e a mulher negra ainda mais. Valorizando e promovendo o empreendedorismo dessas mulheres, queremos reforçar o compromisso do MMFDH e da SNPIR com a igualdade étnico-racial”, concluiu a secretária.

Serviço:

Seminário Mulheres Negras Empreendedoras

Data: 25 de julho (quinta-feira)

Horário: 14h às 18h

Local: auditório do subsolo, bloco “A”, Esplanada dos Ministérios - Brasília/DF